

Ata da Assembleia Geral Número Quatro de Dois Mil e Treze,

---- Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e treze, pelas dez horas e trinta minutos locais em Lisboa, por convocatória enviada por correio eletrónico para todos os dirigentes e membro suplente até ao dia quinze de setembro, a Direção Nacional (DN) da Associação Sócio Profissional da Polícia Marítima (ASPPM) reuniu em sessão extraordinária na sua sede e por videoconferência para discutir e deliberar a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Apresentação do Relatório da auditoria às quotizações;
2. Discussão sobre incumprimento de quotizações e eventual cobrança coerciva;
3. Proposta de extinção do Prémio “Agente José Marques Ferreira”;
4. Discussão sobre Estatutos e carreira do pessoal da PM, posição que a ASPPM deverá prosseguir;
5. Outros assuntos de carácter geral.

Deu-se início à reunião com os seguintes associados:

Sede – João Silva, Vaz de Carvalho, Joaquim Soares, Mário Rodrigues, Correia Oliveira, Rui Veiga, Pires, Roque, Eduardo Segura, Américo Pereira, Cunha, Paulo Morais, José Santos e Valdemar Pedrosa;

Por vídeo conferencia no Funchal – Barreiros da Silva e Arnaldo Carmelo;

Por vídeo conferencia na Horta - Humberto Veloso, Paulo Caetano, Luís Nazaré, Carla Sequeira, Júlio Pires, Marco Santos, Inês Neves e João Sousa.

---- O associado Pires solicitou à MAG que a ordem de trabalhos fosse alterada passando o ponto três para primeiro lugar da discussão. Assim, por unanimidade a ordem de trabalhos começou com a discussão do ponto número três, ficando os outros pontos na sua sequência inicial.-----

---- Primeiro ponto apresentado à Assembleia - Proposta de extinção do Prémio “Agente José Marques Ferreira”.-----

---- Após a DN e os diversos associados presentes usarem da palavra, onde foram

evocadas as origens e objetivos do prémio em causa, sendo também sugeridas alterações ao seu regulamento, foi posto à votação da Assembleia o ponto proposto, tendo sido contabilizados os seguintes votos: -----

-Zero votos a favor da extinção do Prémio.-----

-Oito abstenções.-----

-Dezassete votos contra a extinção do Prémio.-----

---- Foi assim deliberado por maioria a não extinção do prémio e a elaboração de um novo regulamento.-----

---- Segundo ponto - Apresentação do Relatório da auditoria às quotizações.-----

---- Foi apresentado o referido relatório pelo Tesoureiro da DN, onde é mencionado que duzentos e setenta e oito associados têm as quotas em dia e trezentos e nove em atraso, perfazendo cinquenta e sete mil euros de valor em dívida. Também foram prestados esclarecimentos pelo Tesoureiro da DN às diversas dúvidas apresentadas por vários associados. -----

---- Terceiro ponto - Discussão sobre incumprimento de quotizações e eventual cobrança coerciva.-----

---- Face à relação causuística entre este ponto e o anterior, foi dada a palavra a diversos associados que teceram a sua opinião relativamente ao incumprimento de quotizações e a sua cobrança coerciva, tendo então a DN apresentado e explicado a sua posição sobre este assunto.-----

---- Posto à votação da AG a proposta de cobrança coerciva aos associados incumpridores, foram apurados os seguintes votos: -----

---- Doze votos contra a cobrança coerciva;-----

---- Três abstenções;-----

---- Oito votos a favor da cobrança coerciva.-----

---- Assim foi deliberado por maioria a não cobrança coerciva, tendo sido proposto à MAG que no quinto ponto de discussão, fosse aberto espaço à apresentação de propostas para a elaboração ou alteração do Regulamento Interno da ASPPM referente ao assunto atrás mencionado, o qual foi aceite.-----

---- Quarto ponto – Discussão sobre Estatutos e carreira do pessoal da PM, posição que a ASPPM deverá prosseguir.-----

---- Após alocução explicativa feita pelo Presidente da DN, tendo abordado o tema sobre qual a caracterização da PM no futuro, se deverá ter uma vertente de Polícia generalista, tal como por exemplo a PSP, ou se deverá manter a vertente de especialidade.-----

---- Ficou aprovado por maioria a vertente de especialidade para a PM, com os seguintes votos apurados:-----

---- 19 votos contra a vertente da PM generalista;-----

---- 3 abstenções.-----

---- Também foi exposto pelo Presidente da DN, relativamente ao Decreto-Lei nº 235/2012, diploma que introduz alterações no estatuto do Pessoal da Polícia Marítima, bem como na estrutura e organização da Autoridade Marítima Nacional (AMN), devendo ser remetida queixa para tribunal, tendo a AG aprovado por unanimidade.-----

---- Quinto ponto – Outros assuntos de carácter geral.-----

---- Foram abordados outros assuntos, tendo o Presidente da DN lançado a ideia da integração da ASPPM na organização EUROCCP, retirando a discussão desse assunto, uma vez que a maioria dos presentes desconhecia os objetivos da organização.-----

---- Ainda no âmbito do ponto cinco, foram apresentadas à MAG quatro propostas referentes à regularização de cotas em atraso, tendo estas sido postas à votação da AG, tal como se passa a discriminar:-----

---- Proposta apresentada pelo sócio Américo Pereira, "Proposta sobre o mínimo de cobrança mensal das dívidas. Um mínimo mensal de 10€ da dívida + 5€ cota."-----

---- Votação: 1 voto contra; 3 abstenções; 16 votos a favor.-----

---- Proposta apresentada pelos sócios Valdemar Pedrosa, José Santos e José Roque, "Relativamente ao incumprimento de quotização, os Associados em dívida deverão liquidar o seu valor em prazo não superior a 12 meses, não o fazendo deverá haver lugar à expulsão nos termos estatutários."-----

---- Votação: 14 votos contra; 5 abstenções; 3 votos a favor.-----

---- Proposta apresentada pelo sócio Paulo Morais, entretanto foi retirada pelo mesmo.-----

---- Proposta apresentada pelo sócio Luis Carvalho, "Proposta sobre o pagamento das quotas em em dívida: - Estabelecer um período máximo de dois anos e com o pagamento realizado em tranxhes no valor estipulado entre o Tesoureiro e o Sócio devedor. E o devedor deverá reiniciar o pagamento mensal continuamente. – Os Sócios falecidos, concretamente o Adriano Martins, a dívida deve ser amnistiada(s) (perdoada)".-----

---- Votação: 2 votos contra; 4 abstenções; 13 votos a favor.-----

---- Também foi explicado pelo Presidente da DN os objetivos e propósitos para a realização da 1ª Conferência organizada pela ASPPM, subordinada ao tema "O Sistema de Autoridade Marítima e a perspectiva da segurança e dos direitos dos cidadãos", a realizar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em data a marcar durante o ano de 2013.-----

---- A DN pediu um voto de confiança à AG para a realização da 1ª Conferência organizada pela ASPPM, tendo sido aceite por unanimidade.-----

---- Por ultimo, a MAG pediu um voto de confiança à AG para a realização da presente ata, tendo sido aceite por unanimidade.-----

---- Deu-se por finda a Assembleia Geral Extraordinária pelas 16:30 horas.-----

O Presidente da MAG,

O Vice-Presidente da MAG,

João Pedro Silva

Luís Vaz de Carvalho